

ATA DA 58ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, em ambiente web, por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil:** Ana Ludvig, representante titular (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Rafaela Kohler, representante suplente (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Maria Del Carmen, representante titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Maria Lúcia Haygert representante suplente (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Lucilene Binsfeld, representante titular (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SC), Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SC), Isadora Conversano, representante titular (Cáritas Brasileira), Nasser Haidar Barbosa representante titular (CDH Maria da Graça Braz), Celina Rinaldi, representante titular (Instituto Gentes de Direitos – IGENDES), Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece Arte e Política LGBTI+) **e representantes governamentais:** Cláudio Gama, representante titular (Secretaria da Casa Civil – SCC), Maria Benedita Prim, representante suplente (Secretaria de Estado da Educação – SED), Maicon de Medeiros (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS), Josiane Melo, representante suplente (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP) e Luiz Felipe Fuentes (Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial – CSSPPO) **e como convidados (as):** a senhora Tânia Slongo (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH), a vereadora Marlina de Oliveira, a senhora Isabela Nadal (assistente social TJ-PR) e as estagiárias da gerência de Políticas para Pessoas com Deficiência e Idosos (GEPDI), Gabrielly Cabral Monsani, Lúcia Flávia Machado de Moraes e Narah Paula da Silva Soares identificar (GEPDI). A **plenária é aberta (1)** pelo presidente Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece Arte e Política LGBTI+) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos (as), e informou que antes de aberta a plenária foi feito **levantamento de quórum (2)** havendo número suficiente para as deliberações. O presidente informou que haveria um ponto de pauta emergencial a ser inserido logo após a formação continuada com a senhora Isabela Martins Nadal e depois seria seguida a ordem do dia, previamente encaminhada aos conselheiros (as). Não havendo manifestações contrárias a **pauta foi aprovada** por unanimidade **(3)**. Neste momento o presidente Fabrício (Acontece) cedeu a palavra para a convidada Isabela Martins Nadal **(4)** que se apresentou como assistente social do Tribunal de Justiça do Paraná e mencionou que defendeu sua tese com orientação da professora Maria Del Carmen sobre a destituição do poder familiar de crianças e adolescentes no município de Ponta Grossa, que foi apresentada de forma resumida nesta reunião. A convidada explicou a metodologia utilizada em sua pesquisa para que fosse possível entender os trâmites de destituição do poder familiar, onde teria recorrido aos autos de processos judiciais da Comarca de Ponta Grossa. Isabela disse que para melhor compreensão do tema da destituição do poder familiar, seria importante entender como está organizada a Política da Infância e Juventude atualmente. A convidada trouxe um pouco sobre as leis que regem a proteção integral das crianças e adolescentes e “o novo olhar” sob a infância a partir Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) primando a proteção integral para todas as crianças independentemente de classe social, etnia e a descentralização das Políticas Públicas e participativas com a divisão entre todos os entes federais. Isabela relatou que a forma de construção de Políticas Públicas coletivas seria por meio dos Conselhos de Direitos que irão organizar essas políticas antes centralizadas fortemente na

figura do juiz. Quanto ao sistema de garantia de direitos explicou que seria dividido em 3 (três) eixos: defesa, promoção e controle. Isabela informou que sua pesquisa foi focada na defesa que envolve: defensoria pública do estado, ministério público do estado e o Poder Judiciário e explicou que quando acionados estes espaços provavelmente houve uma violação de direitos. Isabela apontou como necessárias ações de prevenção para as crianças e suas famílias. A convidada mencionou o art. 227 do ECA que mostra a responsabilidade solidária do estado, da sociedade e da família, através do trabalho em rede, compartilhado e de forma horizontal. Sendo o trabalho familiar o mais focado em sua tese. A convidada explicou desde a alteração da nomenclatura utilizada passando pelas condições que poderiam levar a suspensão ou retirada desse direito de cuidado através do processo de destituição do poder familiar. Isabela mencionou ser essa medida extremamente gravosa, pois rompe a filiação, por este motivo deve ser feito de modo cauteloso. Em seguida a convidada explicou que diante de uma situação de ter um direito violado ou a partir de dificuldades encontradas por determinada família no exercício de cuidados a rede começará a ser acionada para tentar minimizar essa situação e evitar o afastamento. O ECA busca alternativas antes de se chegar a destituição. Isabela comentou que o que se nota acerca do processo de destituição do poder familiar em geral é uma degradação de outras medidas protetivas, porém deve-se evitar que a criança seja encaminhada para uma instituição de acolhimento, buscando a família extensa. Acrescentou ao seu relato que pesquisas apontam que crianças acolhidas acabam tendo comprometido o seu desenvolvimento cognitivo. Na sequência explicou como se iniciam as medidas protetivas e pontuou os casos emergenciais que culminam diretamente no acolhimento que seriam: o abandono e o feminicídio. Dando continuidade a convidada esclareceu como se inicia o processo judicial de destituição do poder familiar, a tentativa da equipe técnica institucional de reintegração familiar, o encaminhamento de relatório ao MP, nos casos de entender que a família não tem condições de exercer os cuidados com a criança, e a partir daí se dá efetivamente o processo de destituição. Isabela abriu um parêntese explicando que nem todas as crianças que se encontram nos acolhimentos têm o trâmite de destituição do poder familiar, podendo a medida protetiva ter determinado o afastamento temporário da criança. Isabela explicou como funciona toda a parte processual e indicou que a medida protetiva dá uma idéia de qual será a destinação da criança. A convidada relatou que de todos os casos analisados em sua pesquisa a maioria eram famílias em situação de pobreza, apenas uma tinha recebimento de pensão. Além da pobreza o outro fato motivador colocado pela convidada foi quanto ao uso de entorpecentes pelas mães. Quanto a este ponto, Isabela mencionou que em sua pesquisa verificou que essas mães são acompanhadas ainda gestantes e o juiz determina que essa criança nasça e seja retirada ainda na maternidade, pois já se espera que esta mãe vá falhar. Foi mencionado ainda casos de retiradas compulsórias de bebês de suas mães no estado de Minas Gerais (MG), situação em que o CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente se posicionou contrário por se tratar de uma relação mecânica. Por fim, a convidada trouxe a conhecimento processo de entrega voluntária, que existe um regulamento para essas crianças serem entregues nas Varas, Isabela reiterou que apesar do perfil pobre das famílias, o estatuto traz no art. 23 que *“A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder familiar”*. Concluiu dizendo que o perfil das crianças são aquelas menores de 5 (cinco) anos, com perfil similar ao desejado para adoção. Isabela mencionou ter percebido em sua pesquisa que a destituição é utilizada para famílias pobres, que segundo a convidada constitui *“o maciço das Varas da Infância podendo configurar em determinados momentos em violação dos direitos dessas famílias porque às vezes a elas não são dadas possibilidades”*. Fabrício

(Acontece) agradeceu a participação da Isabela e mencionou ser um problema presente também no estado de Santa Catarina. Dando prosseguimento a reunião foi iniciado o ponto emergencial acrescentado **(4.1) sobre a Ocupação Marighella no município de Palhoça.** A convidada Tânia Slongo (MNDH) relatou que a ocupação da Guarda do Cubatão no município da Palhoça estava instalada em prédios abandonados construídos pela Caixa Econômica Federal, mas nos últimos dias ocorreram situações de hostilidade de moradores, sendo a Polícia Militar foi acionada. Segundo a convidada o poder público municipal apresenta-se omissa quanto a esta questão. Tânia (MNDH) informou que a maioria das pessoas que se encontram na ocupação seriam mulheres e crianças. Complementou seu relato dizendo que estão acompanhando o caso a Defensoria Pública do Estado (DPESC) e o Ministério Público Federal. Concluiu pedindo o apoio do CEDH. O presidente se dirigiu ao delegado Luiz Felipe (SSP) e indagou se este sabia do caso. O delegado Luiz Felipe (SSP) explicou que não tem conhecimento, pois a delegacia em que trabalha é localizada no município de Florianópolis, mas que se comprometeu a entrar em contato com os colegas do município da Palhoça para obter informações a respeito do caso. O delegado esclareceu que às vezes as informações demoram de chegar à Polícia Civil, pois quem faz o primeiro contato é a Polícia Militar. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) fez sua colocação, mencionando se tratar de duas situações: a primeira delas seria quanto à questão patrimonial, referente à reintegração de posse de intervenção federal ou estadual, dependendo se será a Caixa Econômica, ou não e, a segunda delas seria quanto a questão de segurança pública, sendo que esta possível a intervenção do Conselho podendo ser proposto um diálogo com a polícia Militar em Palhoça de modo a garantir a integridade física das pessoas. O conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) sugeriu que algum (ns) conselheiro(s) em articulação com os órgãos envolvidos fizessem uma visita a ocupação. **Encaminhamento: Recomendação sobre a questão de segurança pública ao Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial (CSSPPO), Prefeitura Municipal de Palhoça e Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) e Recomendação sobre a questão de moradia a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS) e a Prefeitura de Palhoça. Após elaborar Nota Pública a ser encaminhada para conhecimento da sociedade.** Dando prosseguimento a reunião foi introduzido o **ponto (5) acerca do caso de Violência Política de Gênero sofrido pela parlamentar Marlina de Oliveira no município de Brusque.** A vereadora cumprimentou a todos (as), agradeceu o espaço e a menção de apoio do Conselho enviada a Câmara Municipal de Brusque. A convidada se apresentou como professora, atuando como coordenadora pedagógica na rede municipal de Brusque desde o ano de 2010, cursando o doutorado na Universidade Federal do Paraná, onde pesquisa raça e infância. Informou estar vereadora na Câmara Municipal de Brusque e comentou acerca dos desafios encontrados pela mesma por ser mulher, negra e de partido de oposição ao atual governo. A convidada esclareceu que a Câmara Municipal tem 15 cadeiras e em quase 140 anos de existência, a vereadora comentou ser a 6ª mulher a ocupar uma cadeira, sendo a única mulher nesta legislatura e de partido de oposição. A parlamentar começou a explicar que acompanhou a repercussão de denúncias do sistema de tratamento de esgoto e água da SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de sua região, veiculadas na mídia local e que inclusive chegavam à própria parlamentar e já encaminhadas ao Ministério Público. A vereadora argumentou que no dia 15 de março, após longo acompanhamento pela mesma, a parlamentar mencionou ter feito um pronunciamento na tribuna e durante este propôs a abertura de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito. A convidada explicou que essas denúncias estavam sob investigação da Procuradoria-Geral do município, vindas a partir de reclamações de servidores (as) da autarquia. Uma semana após o seu

pronunciamento a vereadora tem pedido de cassação de seu mandato sob alegação de falta de decoro, logo em seguida o presidente da autarquia pediu exoneração e outras duas demissões aconteceram por parte do poder executivo naquela. A acusação colocada foi a parlamentar ter maculado a honra da autarquia e seu ex-presidente por estar replicando denúncias assim como estar propondo que seja aberta uma CPI. A parlamentar disse que esta atitude tomada teria como objetivo intimidá-la e silenciá-la, porém a convidada mencionou estar se movimentando para denunciar essa atitude, utilizando-se de todos os instrumentos para publicizá-lo. A parlamentar acrescentou ainda que a Mesa Diretora da Casa, em virtude de toda a mobilização causada a favor da vereadora, elaborou uma carta de advertência, que segundo a convidada teria sido lida de modo hostil na plenária seguinte ao pedido de abertura de CPI, sendo advertida por sua postura frente a tais denúncias, e os ter acusado de violência política de gênero, não condizendo com a verdade. A vereadora relatou ter proposto uma sessão especial para aprofundar e dialogar sobre o conceito de violência política de gênero, porém o requerimento foi negado. Na sequência, a parlamentar explicou que logo após a sessão do dia 15 de março, o pedido foi protocolado e encaminhado para um corregedor, seguindo o regimento interno da Casa, e recentemente foi instituída uma Comissão disciplinar para estudar o caso. A convidada disse que apresentou a sua defesa para a Comissão que irá analisá-la podendo arquivar ou aplicar as penalidades. A parlamentar relatou que em nenhum momento se sentiu ameaçada fisicamente e comentou estar acompanhando casos semelhantes ao seu em várias regiões do país e citou casos em Curitiba e Belo Horizonte. A convidada falou das dificuldades encontradas pelas mulheres em ocupar cargos historicamente preenchidos por homens, porém a realidade tem evidenciado ser preciso fazer um recorte racial. Continuou dizendo que *“não se pode falar em democracia enquanto se estiver falando de racismo, homofobia e tantas outras opressões sociais, que exclui a maciça população brasileira porque hoje a população brasileira é representada pela sua esmagadora maioria pelas mulheres e mulheres representadas pelas mulheres negras.”* Colocou a luta antirracista não apenas com este viés, mas também como combate a todas as demais opressões sociais. O presidente agradeceu a participação da vereadora e informou que além do encaminhamento do documento em apoio à Câmara Municipal de Brusque, o CEDH irá discutir nesta plenária acerca do Memorando de Entendimento que será assinado pelos Conselhos de Direitos Humanos para que seja possível fazer uma articulação nacional junto ao Superior Tribunal Eleitoral com outros órgãos, inclusive a ONU – Organização das Nações Unidas. Fabrício (Acontece) agradeceu a participação da vereadora, se solidarizou com a situação sofrida pela mesma e colocou o Conselho à disposição quanto a possíveis novos encaminhamentos. A conselheira Lucilene (CUT-SC) reiterou encaminhamento deliberado em plenária anterior acerca de pedido de reunião com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para solicitar que seja enviado a todas as Câmaras Municipais de Santa Catarina documento alertando sobre essas situações recorrentes no estado. Fabrício (Acontece) lembrou que no dia 26 de maio estará em Brasília para articular nacionalmente e discutir sobre essa questão. Dando continuidade a reunião foi iniciado o **ponto (6) Diálogo acerca dos impactos do passivo ambiental no Quilombo de Ilhotinha, em Capivari de Baixo.** O ponto foi iniciado pelo convidado Senhor Carlos, morador da comunidade quilombola de Ilhotinha no município de Capivari de Baixo. O convidado agradeceu o espaço e começou explicando que recentemente o município de Capivari de Baixo se emancipou de Tubarão e esclareceu que o problema que será apresentado se trata de um problema de anos atrás. O convidado começou seu relato dizendo se tratar da instalação de uma empresa de refinaria em sua região que não tomou os devidos cuidados com a emissão de poluentes e o descarte correto dos resíduos

produzidos. Segundo o Senhor Carlos os dejetos eram despejados na região mais alta do terreno, o material entrava em combustão tendo que ser acionado o corpo de bombeiros, poluindo as águas do rio que corta a região. O caso foi veiculado por 2 (dois) jornais da região e chegando a conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o material foi coletado para análise sob o acompanhamento do professor Paulo Horta. O convidado acrescentou ao seu relato que a horta comunitária foi extinta devido a contaminação da água, mencionou o perigo desses bolsões contaminados para as crianças e ainda que a altura do fogo atingia aproximadamente 10 a 20 metros, acontecendo explosões e gerando até mesmo óbito. De acordo com o Senhor Carlos, a empresa não se encontra mais no local e as pessoas da comunidade que não recebem água da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e canalizam água do Morro, estão consumindo esta água que será analisada pelo professor Horta. Outro ponto exposto pelo convidado seria quanto ao abandono de 2 (duas) escolas na região. Finalizou salientando o perigo de uma enchente, inclusive recente na região de Tubarão, e arrastar esse material contaminado demais regiões. **Encaminhamentos: primeiro oficializar o IMA sobre o problema para que seja feita uma fiscalização. Saiendo o laudo do órgão, agendar reunião entre IMA, Defensoria Pública do Estado, Ministério Público, a comunidade quilombola de Ilhotinha e o responsável pela área. Inserir na reunião proposta com a Procuradoria Federal, os assuntos pertinentes as comunidades quilombolas. Encaminhar ofício a Secretaria de Estado da Educação solicitando informações sobre a situação educacional na região.** A conselheira Maria Benedita (SED) explicou que em relação à educação as crianças e adolescentes oriundos de regiões quilombolas frequentam as escolas estaduais ou municipais próximas a sua comunidade. A conselheira informou que no estado não possui escolas quilombolas e citou o exemplo do município de Campos Novos, onde existe uma escola do município dentro da comunidade, o que não representa uma escola quilombola. Continuou seu relato informando que a SED tem ofertado da modalidade de educação de jovens e adultos dentro das comunidades quilombolas que tenham interesse e demanda. A conselheira comentou que estaria sendo feito levantamento na região do Senhor Carlos com a idéia de ofertar a modalidade de ensino de jovens e adultos dentro da comunidade, conforme a demanda, a partir do mês de agosto, com momentos escola e outros comunidade. Dando prosseguimento foi iniciado o **ponto (7) Elaboração de uma pauta de reivindicações para os anos de 2023 a 2026 a ser entregue a todos os pré-candidatos e candidatos a Governador do Estado de SC**, sugerido pelo conselheiro Cláudio Gama (SCC). O presidente comunicou que este assunto seria tratado na próxima reunião da rede de conselhos estaduais de Direitos Humanos e cedeu a palavra para o senhor Cláudio (SCC). O conselheiro relatou que um dos pré-candidatos a governo do estado de Santa Catarina o solicitou a apresentar carta de reivindicações para os próximos 4 (quatro) anos. Cláudio (SCC) propôs que o documento fosse estendido aos demais pré-candidatos. O conselheiro explicou que no início de cada governo é feito um projeto de lei complementar (PLC) para reorganizar o estado, sendo colocado como uma oportunidade para o CEDH fazer sua proposta. Acrescentou lembrando que no 1º ano de mandato é feito o Plano Plurianual (PPA) e da importância de se trazer números financeiros que serão necessários para operacionalizar o Conselho. O conselheiro Cláudio (SCC) relatou que foi pedido ao mesmo levantamento de déficits, e deu como exemplos: déficit do número de vagas nas penitenciárias, déficit habitacional, e demais. Após um breve diálogo sobre a metodologia a ser utilizada na construção do documento, **ficou deliberado que o início dos trabalhos se daria a partir da sistematização dos encontros mesorregionais feito pela Comissão de Políticas Públicas e a partir disso com o auxílio do conselheiro Cláudio**

(SCC) quanto às questões do PPA e LOA (Lei Orçamentária Anual) seria dado andamento aos trabalhos. Por fim, o conselheiro Cláudio (SCC) mencionou ser importante converter as demandas em números. Dando continuidade a reunião foi iniciado o **ponto (8) Processo de Substituição de Conselheiros da Sociedade Civil**. A Secretária informou que este ponto de pauta foi pedido pelo senhor Alexandre Cordeiro da Federação Catarinense de Entidades de e para cegos (FECEC) porque estão havendo problemas quanto às substituições de conselheiros e não somente no CEDH. A Secretária lembrou que o problema está sendo tratado na Comissão de Legislação e Normas e explicou que no entendimento do Setor Jurídico da Secretaria de Estado da Administração de acordo com a lei do Conselho, a cada substituição de conselheiros da sociedade civil deve ser realizado novo Fórum. Por fim, a secretária mencionou que a lei do conselho apresenta artigos de forma “truncada”. O presidente disse que a sociedade civil tem sua forma de organização, foi feito o pleito e este deve ser respeitado, não fazendo sentido a cada troca uma nova eleição. A Secretária concluiu informando que a Comissão solicitou documento ao Conselho Estadual dos Direitos da criança e Adolescente (CEDCA) que conseguiu ter publicadas as suas substituições. Quanto ao item **(9) Adesão do CEDH-SC ao Memorando de Entendimento sobre o processo eleitoral** o presidente informou que o memorando foi encaminhado no grupo que vai versar sobre os Direitos Humanos junto a Procuradoria Federal dos Direitos Humanos do Cidadão e Defensoria Nacional de Direitos Humanos com a finalidade de estabelecer as competências e atribuições de cada instituição e das autoridades signatárias, constituindo uma base de cooperação para promover a defesa da democracia no Brasil e consolidar o fortalecimento das normas, instruções e preceitos democráticos para garantir a fruição efetiva dos Direitos Humanos no país. O presidente comentou que no dia 26 de maio irá assinar documento a nível nacional em Brasília referente a este assunto e teria outra agenda de Direitos Humanos. Neste instante o presidente indagou ao pleno quanto ao CEDH ser **signatário (ou não)** deste documento em defesa da democracia. O **pleno se manifestou favorável** quanto ao questionamento. Quanto às **justificativas de ausências (10)** a secretária comunicou as justificativas dos conselheiros do IMA, senhor **Elias Romão**, que estaria em viagem e a sua suplente senhora **Zeliane**, que estaria em trabalho, realizando uma vistoria. A secretária foi questionada pela conselheira Maria Benedita (SED) quanto à apresentação de justificativa pela conselheira Fernanda Zimmermann (SED), posteriormente a Secretária fez a checagem e constava na caixa de correio eletrônico do conselho a justificativa da conselheira **Fernanda Zimmermann (SED)**. Finalizando a reunião foi iniciado o **ponto (11), Devolutiva das ações da última plenária**. A Secretária informou em relação às **leis não regulamentadas** levadas pela vereadora Carla Ayres que foi encaminhado ofício para a Secretaria Municipal da Casa Civil. Em relação as **internações compulsórias dos dependentes químicos em situação de rua no município de Chapecó**, foi solicitada reunião com a Diretoria de Assistência Social (SDS), representantes do conselho e o Daniel do Movimento Nacional da População em situação de rua. A secretária mencionou ter sido feito encaminhamento ao gabinete da SDS do **pedido de publicação de nomeação da Federação Catarinense dos Trabalhadores no Comércio no estado de Santa Catarina (FECESC)** em substituição ao Instituto Catarinense de Juventude (ICJ). Um informe feito pela Secretária quanto ao recebimento no dia 09 de maio de processo SCC 7822/2022 pela Secretaria de Estado da Casa Civil para que a SDS, se manifestasse num prazo de 10 (dez) dias, solicitando manifestação do CEDH quanto ao **Projeto de Lei (PL) nº 434.1/2021 que reserva vagas em concursos públicos para a população afrodescendente**. Outro ponto colocado foi quanto ao encaminhamento de **correspondência eletrônico ao gabinete da procuradora-federal dra. Ana Lúcia Hartmann**, propondo uma reunião para o

330 dia 30 de maio na própria procuradoria, a secretaria relatou ter conversado por
331 telefone com o senhor Fábio do gabinete da procuradora que confirmou o e-mail
332 ter sido repassado a procuradora pela sua colega de trabalho que cuida da
333 agenda da dra. Ana Lúcia, porém ficou de ser confirmada a data. Quanto ao
334 **Regimento Interno**, a Secretária mencionou ter voltado o processo do gabinete
335 tendo que a Comissão depois analisar. Em relação ao **caso de violência política**
336 **de gênero sofrido pela vereadora Marlina**, no município de Brusque, a
337 secretária disse que foi encaminhado o documento para a Câmara Municipal de
338 Brusque e para a Secretaria-Geral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina
339 (ALESC). E, por fim o último **ponto (12) Informes Gerais**, a Secretária informou
340 que com a liberação das diárias e passagens, conforme e-mail recebido pelo
341 gabinete, será encaminhado por e-mail um roteiro a ser seguido, caso se resolva
342 fazer as plenárias de modo presencial. O segundo informe seria quanto ao convite
343 enviado para o CEDh estar participando de evento em Itajaí, no dia 17 de maio,
344 com tema: LGBTfobia, onde o conselheiro Maicon Medeiros (SDS) estará
345 representando o Conselho e nos dias 25 e 26 de maio será realizado o 6º
346 Encontro Nacional da Rede de Conselhos de Direitos Humanos e 8ª Reunião
347 Ampliada de Conselhos Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos em
348 Brasília, onde irão representando a sociedade civil os conselheiros Celina e
349 Fabrício e o governo o conselheiro Maicon Medeiros. No dia 09 de maio reuniu-se
350 a Comissão de Legislação e Normas. Finalizou os informes com o comunicado do
351 lançamento do Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de
352 Morte (PPCAAM) sendo indicado a compor o referido programa o conselheiro
353 Ricardo Maes (CUT-SC). Nada mais havendo a tratar, Fabrício (Acontece)
354 agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela
355 Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício,
356 presidente do CEDH/SC assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **STP5P500**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 08/08/2022 às 18:55:54

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MTfhMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1NUUDVQNTAw> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **STP5P500** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.